

<https://theconversation.com/pl-da-devastacao-simboliza-perigosa-contradicao-entre-discurso-e-pratica-na-politica-ambiental-brasileira-258878>

THE CONVERSATION

Rigor acadêmico, estilo jornalístico

“PL da devastação” simboliza perigosa contradição entre discurso e prática na política ambiental brasileira

Publicado: 13 junho 2025 06:09 -03 Autor



Marcha na Avenida Paulista, em protesto contra o projeto de Lei 2159/2021, o PL da Devastação: prestes a ser aprovada, nova lei trará retrocessos que poderão deixar o Brasil mais longe da posição de liderança no esforço internacional contra o aquecimento global, e mais perto dos países defensores da manutenção dos combustíveis fósseis. Foto: Claudio Araujo De Oliveira/Ato Press/Folhapress



Philip Fearnside

Biólogo e pesquisador titular (Departamento de Ecologia), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

O [projeto de lei 2.159/2021](#), conhecido como “PL da Devastação”, está a poucos dias de ser aprovado pelo Congresso Nacional. Sem meias palavras, o projeto tem potencial para essencialmente extinguir o sistema de licenciamento ambiental brasileiro. Apesar do discurso ambientalista do presidente Lula, o projeto aparentemente conta com a [aprovação tácita](#) do governo federal. Mesmo que o presidente vete a lei após sua aprovação, os blocos antiambientais no Congresso Nacional terão mais do que os 60% dos votos necessários em cada casa para derrubar o veto.

O “PL da devastação” foi aprovado pela primeira vez pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2025, por uma votação de [290 a 115](#). Na ocasião, o presidente Lula permaneceu [em silêncio](#), e não apoiou sua ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, na oposição ao projeto.

O projeto então foi para o Senado, onde recebeu emendas que aumentaram ainda mais seu impacto ambiental, e foi aprovado no dia 23 de maio. Mais uma vez, o presidente [não se posicionou](#).

Agora, o PL voltou à Câmara dos Deputados, onde o presidente da casa pretende colocá-lo em votação na [terceira semana de junho](#).

Enfraquecimento progressivo

O sistema de licenciamento ambiental no Brasil tem sido progressivamente enfraquecido desde que entrou em vigor em 1986, e desde a adoção da atual constituição em 1988, que em suas páginas garante o direito [a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado”](#). E os [iminentes retrocessos](#) no projeto de lei atual são ainda piores que os de ataques anteriores ao sistema. Incluindo aqueles do governo Jair Bolsonaro, que foi explicitamente anti-ambientalista.

O “PL da devastação” tem sido promovido como um alívio de burocracia para projetos de “baixo impacto”, mas é muito mais do que isso. Primeiro, a definição de projetos de “baixo” e “médio” impacto [é vaga](#), permitindo que projetos com impactos maiores sejam beneficiados.

O projeto de lei se aplica ao licenciamento tanto em nível estadual quanto federal, e em nível estadual espera-se que haja uma [“corrida para o fundo do poço”](#) à medida que os estados competem para atrair investimentos por meio do afrouxamento das restrições ambientais.

A categoria de “impacto médio” é um nome impróprio, pois inclui a maioria dos projetos de mineração, como as barragens de rejeitos de mina que se romperam em 2015 em [Mariana](#) e em 2019 em [Brumadinho](#), dois dos piores desastres ambientais do Brasil.

Autolicenciamento: cliques em formulários online

Segundo o projeto de lei, os projetos de impacto “baixo” e “médio” seriam licenciados pelo que é conhecido como “autolicenciamento”, oficialmente chamado de “Licença por Adesão e Compromisso” ou LAC. Isso [elimina](#) a necessidade de uma avaliação de impacto ambiental, audiências públicas, especificação de medidas compensatórias em caso de acidentes ou outros impactos, e qualquer revisão técnica por autoridades

ambientais. Basicamente, essa declaração autodeclarada consiste em clicar numa série de caixas em um formulário online.

Os projetos que se tornariam autolicensed atualmente representam 90% dos projetos licenciados pelo órgão ambiental federal (IBAMA), de acordo com [Suely Araújo](#), ex-chefe do órgão. O projeto de lei, conforme alterado, também [elimina importantes restrições legais](#) ao desmatamento na Mata Atlântica brasileira, que já é um ecossistema altamente ameaçado.

[Escapando de qualquer debate](#) público ou nas comissões do Senado, logo antes da votação do plenário uma [emenda](#) de última hora conseguiu aumentar enormemente o potencial de impacto ambiental do projeto de lei.

A emenda criou uma “Licença Ambiental Especial”, ou LAE, que permitiria que qualquer projeto considerado “estratégico” tivesse um processo de aprovação acelerado, independentemente da magnitude de seus impactos. O órgão licenciador teria um prazo de um ano para aprovar o projeto, após o qual a licença seria aprovada automaticamente. A escassez perene de pessoal no IBAMA torna provável que isso seja uma ocorrência frequente.

Emenda sem debate favorecerá projeto de petróleo no Amazonas

A definição de quais projetos são “estratégicos” seria feita por um conselho representando interesses políticos. Acredita-se que a emenda tenha [a intenção específica](#) de facilitar o controverso projeto de petróleo na foz do rio Amazonas, que tem grandes impactos potenciais tanto de [derramamentos de petróleo potencialmente incontroláveis](#) quanto de seu [impacto nas mudanças climáticas](#). A emenda foi introduzida pelo presidente do Senado Davi Alocumbre, que representa o Amapá, o estado que espera uma bonança financeira dos campos petrolíferos adjacentes na foz do Amazonas que aguardam uma licença ambiental. Ele também tem grande [influência sobre o presidente Lula](#) devido ao seu domínio sobre a aprovação da legislação pelo Senado.

Espera-se também que o novo mecanismo para projetos “estratégicos” beneficie outras iniciativas de alto impacto, como a reconstrução da [rodovia BR-319](#) que, juntamente com suas estradas vicinais planejadas, abriria cerca de metade do que resta da floresta amazônica brasileira à [entrada de desmatadores](#). Uma lista de grandes [hidrelétricas](#) desejadas pelo Ministério de Minas e Energia também aguarda um caminho para aprovação ambiental.

O iminente desastre climático do Brasil

O clima global e a floresta amazônica estão se aproximando de pontos de não retorno onde o processo de colapso escapa do controle humano. Esses desastres iminentes estão interligados: se a floresta amazônica entrasse em colapso, ela liberaria gases de efeito estufa mais do que suficientes para empurrar as temperaturas globais além do ponto de não retorno.

A floresta amazônica já está à beira desse ponto. Além da [temperatura](#), o [aumento contínuo](#) na [duração da estação seca](#), a porcentagem de floresta desmatada e uma combinação de vários outros impactos climáticos e antropogênicos já provocam essa situação.

A perda da floresta amazônica sacrificaria o papel vital da floresta na [reciclagem de água](#). Um volume de água maior que a vazão total do rio Amazonas é liberado como vapor d'água pelas folhas das árvores, proporcionando chuvas que não apenas mantêm a floresta, mas também a agricultura e o abastecimento de água das cidades em outras partes do Brasil e em países vizinhos.

O vapor d'água é transportado pelos ventos conhecidos como “rios voadores” para São Paulo, a quarta maior cidade do mundo, que depende desse abastecimento de água. Grandes secas em São Paulo, como as de 2014 e 2021, estão aumentando em frequência e intensidade devido às mudanças nas temperaturas do oceano relacionadas ao aquecimento global, e [espera-se que essa tendência aumente](#).

Um “efeito estufa descontrolado” seria catastrófico para o Brasil. A frequência de grandes secas aumentaria em pelo menos [dez vezes](#) comparado com a média histórica. [A região semiárida](#) do Nordeste brasileiro se tornaria um [deserto](#), presumivelmente expulsando as dezenas de milhões de pessoas que dependem da agricultura nessa região.

A agricultura familiar e o agronegócio em todo o país seriam [fortemente impactados](#). [A elevação do nível do mar](#) e [o aumento das tempestades](#) impactariam a grande população que vive ao longo da costa atlântica do Brasil. “[Surpresas climáticas](#)” não previstas em modelos do clima, como as [enchentes de 2024](#) em Rio Grande do Sul, se tornariam mais frequentes.

Destruição da Amazônia com apoio do governo

Diante dessas perspectivas catastróficas, o governo brasileiro deve agir de forma decisiva para deter as emissões de gases de efeito estufa do país e liderar o mundo no combate às mudanças climáticas. Essas necessidades estão interrelacionadas, visto que a liderança eficaz se dá pelo exemplo, e o Brasil não pode continuar a simplesmente exortar outros países a reduzirem suas emissões quando suas decisões internas

estão [contribuindo para o aumento do aquecimento global](#). E isso [inclui o “PL da devastação”](#).

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima está fazendo um bom trabalho para reprimir o desmatamento por meio de comando e controle, mas essencialmente todo o resto do governo está agindo para aumentar as emissões. O Ministério dos Transportes está pressionando para reconstruir a rodovia BR-319 com o apoio do Presidente Lula (veja [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)).

O Ministério da Agricultura está subsidiando a soja e a conversão de pastagens para soja, que é um dos [principais impulsionadores do desmatamento](#), já que os pecuaristas que vendem suas terras valorizadas para plantadores de soja usam o dinheiro das vendas para [comprar e desmatar](#) áreas muito maiores de floresta amazônica barata.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) legaliza ocupações ilegais e reivindicações de terras em terras públicas, proporcionando assim um estímulo constante para [mais invasões e grilagens de terras](#). O próprio presidente Lula já declarou sua intenção de [criar uma “prateleira”](#) de terras governamentais não designadas (as chamadas “terras devolutas”) para distribuição desta forma.

Petróleo a ser extraído “até à última gota”

A rápida eliminação do uso de combustíveis fósseis é fundamental para conter o aquecimento global. A quantidade pela qual a sociedade humana deve reduzir suas emissões e a trajetória temporal que essa redução deve seguir são determinadas pela análise dos melhores dados e modelos climáticos disponíveis. O levantamento mundial [“Global Stocktake”](#) da Convenção do Clima, divulgado na COP-28 em 2023, mostrou que as emissões antrópicas precisam diminuir em 43% até 2030 em comparação com 2023, e em 84% até 2050, para permanecer dentro do limite atualmente acordado no Acordo de Paris de 1,5 °C acima da temperatura média global pré-industrial. Este limite representa um [ponto de não retorno](#) tanto para o sistema [climático global](#) quanto para a [floresta amazônica](#). Acima deste ponto há um aumento acentuado na probabilidade anual de retroalimentações incontroláveis levando o sistema a uma mudança catastrófica ou colapso.

Infelizmente, as políticas públicas e ações do Brasil estão do lado errado dessa questão. O atual ministro de Minas e Energia afirma que o Brasil [continuará extraindo petróleo](#) até que [torne-se um país rico](#).

Com referência ao projeto da foz do Amazonas, o presidente Lula declarou recentemente que [“nós não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer esse país crescer”](#). Como o Brasil sempre desejará crescer, isso implica uma licença para extrair petróleo para

sempre. A Petrobras declarou que a empresa planeja ser uma [grande exportadora de petróleo em 2050 e além, aqui](#).

Leilão e pressão sobre o IBAMA

E para esse plano, o projeto da foz do Amazonas é crucial. Um grande leilão de direitos de perfuração, tanto em terra quanto no mar, está agendado para o dia 17 de junho, incluindo [47 blocos](#) na foz do rio Amazonas. A aprovação ambiental do primeiro poço “experimental” (FZA-M-59) é [vista como a chave](#) para que as empresas petrolíferas internacionais estejam dispostas a comprar os direitos a esses blocos.

O presidente do IBAMA tem estado sob intensa pressão para aprovar o projeto e, em 19 de maio, ele [passou por cima](#) dos [pareceres formais](#) da [equipe técnica do órgão](#) para [permitir](#) que o projeto avançasse para a aprovação. O licenciamento envolve os riscos ambientais de potenciais derramamentos de petróleo, mas ignora a questão fundamental, que são as implicações de um projeto exploratório dessa dimensão para o clima global.

No debate sobre o licenciamento, o foco está quase inteiramente em se a Petrobras tem a infraestrutura e o pessoal para montar uma operação de resgate para a vida marinha em caso de um vazamento. Não se fala na questão mais básica, que é saber como estancar um possível vazamento de óleo no mar. E nesse caso, infelizmente há [fortes indícios](#) de que um vazamento, se ocorrer, não poderá ser resolvido a curto prazo, por conta da [grande profundidade do mar naquela área](#), e das correntes oceânicas fortes e complexas na foz do Amazonas.

A abertura de novos campos de petróleo é incompatível com os objetivos globais de contenção do aquecimento global devido à lógica econômica desses projetos. Foi isso que levou a Agência Internacional de Energia (IEA) a [recomendar](#) que nenhum novo campo de petróleo ou gás seja aberto em nenhum lugar do mundo. No caso do projeto da foz do Amazonas, a expectativa é que se levaria cinco anos para iniciar a produção comercial e mais cinco anos para pagar o investimento. Como ninguém vai querer parar com lucro zero, o projeto tende a se estender por muitos anos mais – muito além do dia em que o mundo precisará parar de usar petróleo como combustível.

Argumento frágil

[A Petrobras alega](#) que o projeto da foz do Amazonas e outros novos campos de petróleo planejados são necessários para a “segurança energética” do Brasil. O argumento é frágil, uma vez que o Brasil atualmente exporta [mais da metade](#) do petróleo que extrai, e espera-se que essa porcentagem aumente com a expansão planejada.

As reservas nos campos de petróleo já em produção no Brasil são muito maiores que a quantidade que pode ser consumido no país antes que o uso de combustíveis fósseis precise ser encerrado. Em outras palavras, a expansão da extração de petróleo no país é puramente uma questão econômica.

Outro argumento promovido pela Petrobras e pelo governo é que a receita do petróleo é necessária para [pagar a transição energética do Brasil](#). Embora a transição deva de fato ser paga, ela deve ter um lugar garantido no orçamento anual do Brasil, como saúde e educação, e não ser tratada como algo opcional que depende de ganhos financeiros inesperados. Além disso, sabe-se que até o momento apenas uma porcentagem insignificante de [0,06%](#) da receita do governo com petróleo foi usada para projetos ligados à transição energética entre 2018 e 2025. A transição energética precisa ocorrer agora, e não daqui a vários anos no futuro, quando os novos campos de petróleo estiverem produzindo.

Declaração de transparência

Philip Fearnside recebe financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico—CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas—FAPEAM, e Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima.